

INSERÇÃO DE OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

ROSEMARY APARECIDA RIBEIRO PEREIRA DE SOUSA
EMEF “PROFESSORA MARIA APARECIDA DOS SANTOS RONCONI”

JOSÉ SILVÉRIO E. GERMANO
ITA – INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA

RESUMO

A inserção de Objetos Educacionais Digitais (OED's) no processo de ensino aprendizagem tem se mostrado eficiente tanto na transmissão de conhecimentos como na melhora da motivação dos alunos, aumento da participação dos estudantes, a interação entre surdos e ouvintes e a disseminação da Libras. Incluir os OED's na sala de aula facilita, entre outras coisas, o processo de inclusão de alunos especiais. Entretanto, na literatura, pouco se produziu para esse fim. Visto a escassez de material didático disponível para a inclusão dos alunos surdos, em especial, em salas de aulas convencionais, este trabalho teve como objetivo investigar a inserção de OED's em atividades pedagógicas desenvolvidas para alunos surdos da rede pública municipal de ensino da cidade de São José dos Campos-SP, tomando como bases às leis que lhe garantem o direito de acesso à educação, sem ferir seu direito de pertencer a grupo com cultura e percepção de mundo diferenciadas. Através de observações feitas a partir de estudo de caso, podemos perceber o desenvolvimento dos alunos, o envolvimento da sala de aula num todo, a troca entre os professores e alunos, a ludicidade também foi um diferencial, observamos qual foi o nível de interesse dos alunos surdos. Os OED's foram desenvolvidos especificamente para atender as necessidades inerentes do alunado surdo, pois o aprendizado se dá através das imagens e a associação com a Libras foi um diferencial. Este relato também tem a finalidade de promover uma reflexão relativa ao uso de tecnologias nas atividades desenvolvidas para os surdos em escolas regulares da rede pública de educação através da análise da aplicação dos OED's em uma escola bilíngue da referida cidade, levando em conta os obstáculos que os profissionais e os alunos encontraram os resultados obtidos no decorrer do processo de inclusão, pelo direito ao acesso a educação a todos assegurado pela constituição Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia, Educação de Surdos.

INTRODUÇÃO

A inserção do indivíduo Surdo na rede regular de ensino possui um acesso restrito à Língua Brasileira de Sinais (Libras), não atendendo nem a necessidade mínima exigida, sem o contato com outros Surdos e sem uma pedagogia que possa desenvolver o cidadão por completo, dentro de suas capacidades e possibilidades, respeitando o seu direito garantido pela Lei 10.436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, como segunda língua oficial do Brasil.

Os profissionais da área se deparam com a escassez de materiais desenvolvidos para esta necessidade e a inacessibilidade de recursos tecnológicos.

É cabível, a discussão no sentido de que a inclusão de alunos surdos na rede pública de educação é um grande desafio, considerando a transformação necessária no cenário educacional e na capacitação dos profissionais da área, fazendo valer seus direitos enquanto sujeito pertencente a uma comunidade e cultura diferenciada e a inserção da tecnologia através dos Objetos Educacionais Digitais – OED's

Através deste trabalho faremos reflexões sobre esse assunto partindo das leis, dos direitos ao acesso à educação a todas as crianças e sobre o projeto da escola bilíngue de São José dos Campos, Escola Municipal “Professora Maria Aparecida dos Santos Ronconi” e a parceria entre a Prefeitura de São José dos Campos e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA.

OBJETIVO GERAL

O Objetivo deste trabalho foi de criar um banco de atividades específicas para o alunado surdo, uma vez que são escasso materiais disponíveis para este fim, a intenção era de atingir o maior número de alunos na aquisição da Língua Portuguesa na modalidade escrita e criar um banco de atividades para toda a comunidade interessada, além da disseminação da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

O OED desenvolvido foi o livro digital em Libras, da fábula O Leão e o Ratinho (fábula de Esôpo), gênero textual previsto pela Matriz Curricular para o terceiro ano do ensino fundamental, a aplicação do trabalho se deu em uma sala onde havia dois alunos surdos inclusos.

DESENVOLVIMENTO

A política de inclusão escolar tem como objetivo a promoção da educação para todos, onde se entende que é uma educação que reconhece as diferenças e está se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB Lei 9394/96 cap. V artigo 58), onde a Educação Especial é definida como modalidade escolar para educandos “portadores de necessidades especiais”, preferencialmente na rede regular de ensino (Quadros 2003).

Apesar de tal Parâmetro e de tal perspectiva, a realidade do país se mostra completamente outra, ainda em grande parte de nosso território o Surdo sofre com a falta de estrutura, e também com uma dificuldade extrema de serem inseridos de forma eficaz nas redes de ensino, tendo em vista que em muitas regiões a chegada dos recursos e capital enviados para estes fins se dá de forma ineficaz.

Porém, a perspectiva na área da Política Nacional de Educação Especial vem apresentando melhorias ao longo de 20 anos, melhorias essas que vieram com a reforma do estado brasileiro em 1990, e que mais tarde no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em que esta necessidade básica do ensino brasileiro ganhou incentivo através de três programas de governo: O primeiro, programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

O Programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais foi lançado pelo Edital nº 01 de 26 de abril de 2007 objetivando, Apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular [...] Selecionar projetos de Estados e Municípios para implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública de ensino; Expandir a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos incluídos nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2007).

O Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade;

O objetivo do programa [...] é a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (BRASIL, 2005, p.9).

Observa-se a preocupação em divulgar a perspectiva inclusiva junto aos gestores para fomentar sua implementação política. Na carta que acompanha o documento orientador do programa encontra-se menção à responsabilidade de todos e ao cumprimento de metas assumidas quando dos compromissos com o projeto educação para todos. Pode-se pensar,

portanto, numa preocupação com a indução de resultados esperados a partir de projetos anteriores. BALL (2001, p. 108-109)

O Programa INCLUIR constitui-se em uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial que visa implementar política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na educação superior. O INCLUIR tem como objetivos:

- 1.1 Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior;
- 1.2 Promover ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES);
- 1.3 Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;
- 1.4 Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.

No Brasil conforme o censo de 2010 existe 9.722.163 deficientes auditivos, sendo: perda profunda da audição 347.481, os que apresentam grande dificuldade 1.799.885 e aqueles que têm alguma dificuldade 7.574.797 pessoas.

A política da educação brasileira, sempre assumiu uma tendência mascarada no que diz respeito à diversidade, assumindo uma posição de igualdade, que se distancia das especificidades e com isto ignora o sujeito enquanto único e as identidades construídas a partir da alteridade.

A título de uma educação para todos, silenciam-se vozes e impõem-se relações de minoria-maioria representadas e validadas pelo processo educacional, fruto da cultura do oprimido. Sofrer no silêncio e sentir-se “menor” são formas de consolidação de uma política de exclusão que reproduz a ideia de “um mundo homogêneo” globalizado. (SKLIAR,1997)

O sujeito Surdo é inserido nesta educação, construída politicamente para sujeitos determinados, que precisam ser enquadrados aos parâmetros a que esta se propõe.

A Aprendizagem Do Surdo Inserido Na Rede Pública De Ensino

Conforme o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), a Libras é oficializada no país como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas. Regulamentando-se na Educação Infantil como proposta bilíngue, com o ensino de Libras como primeira língua para as crianças surdas e da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua.

Com isso tenta se balancear mais uma vez a disparidade presente nas formas de educação especial e também como já dito na inserção do Surdo e sua interação com o meio em que se encontra. A partir disso a Língua Brasileira de Sinais – Libras, sempre foi um das mais primordiais formas de expressão dos mesmos.

Segundo a organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência auditiva. E no Brasil, estima-se um total entre Seis e Nove milhões de surdos. O que em números é uma parcela considerável da população. Apesar de haver uma legislação que apoia essa inclusão, o número das crianças surdas que frequentam o ensino na rede regular é pequeno. Levantando também a questão do contato tardio com a língua de sinais, já que “é necessário que a criança seja matriculada e frequente a escola desde a educação infantil (...) e ter um desenvolvimento mais completo.” (Resende e Lacerda, 2013)

Apesar da Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), ter a finalidade de fornecer as crianças surdas uma educação de qualidade, sua aprendizagem vai de encontro com as dificuldades de preparo dos professores para receber esses alunos (Oliveira, 2006), e a necessidade de trabalhar com eles levando em consideração no que se refere a seu modo diferenciado de captar o mundo (Miranda, 2011). É necessário em uma conjuntura sobre o ensino a surdos, respeitar as diferenças linguísticas, sua identidade e cultura, através do diálogo, da troca de experiências e das relações interpessoais entre Surdos e ouvintes.

O educador necessita focar na possibilidade de aumentar a autonomia do Surdo possibilitando a ele interagir com o grupo em que está inserido, para que ele entenda e se faça entendido, e isso fica prejudicado, se o indivíduo surdo não estiver junto com outros iguais, para que proporcionalmente a troca seja justa, pois a surdez é uma diferença linguística.

Vários relatos de ex-alunos surdos integrados em escolas comuns denunciam a cultura do silêncio imposta a eles nessas escolas. Os alunos não sabiam como expressar suas angústias e ansiedades manifestando um sentimento de incapacidade e inferioridade de forma silenciosa (SOUZA,2000 p 83)

Faz-se necessário medidas para a melhoria do aprendizado de pessoas surdas, tanto estruturais como profissionais, e dinâmicas de aprendizagem diferentes, como também em conceitos de cunho educacional para os ouvintes, mas que de certa forma estão constantemente interagindo com o Surdo. Com essa finalidade a criança surda não se sentirá excluída ou discriminada e assim interaja com as crianças ao seu redor proporcionando tanto bem estar pessoal, como também escolar, por isso há necessidade de usar tecnologia a favor do desenvolvimento cognitivo e social do aluno surdo.

OBJETO DO CASO DE ESTUDO

Tratando-se de uma pesquisa com abordagem de Estudo de Caso, realizada no contexto de uma escola da rede pública: EMEF “Professora Maria Aparecida dos Santos Ronconi” com projeto de Escola Bilíngue, localizada em São José dos Campos/SP.

A referida escola em 2016 contava com 24 alunos surdos regularmente matriculados e frequentes, estudantes estes distribuídos desde o primeiro ano até o nono do ensino fundamental.

O OED foi especialmente desenvolvido para atender aos alunos em fase de alfabetização, especificamente para a aquisição da L2 (Língua Portuguesa) na modalidade escrita.

APLICAÇÃO

Apesar de todo o preparo necessário para a realização do projeto, é notável a dificuldade que a equipe de professores encontra relacionada ao ensino dos alunos surdos, devido à barreira da língua. Existem ainda obstáculos na hora de encontrar material adaptado, para tanto uma parceria entre a prefeitura de São José dos Campos e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, no ano de 2016, a proposta geral foi de atender a necessidade de formação continuada dos profissionais da Educação para atuar com Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), o ITA ofereceu o Curso de Aperfeiçoamento para Formação de Professores em Tecnologias da Informação e Comunicação que, além de difundir o uso das TDIC na educação, motivou os professores a lidarem com as novas tecnologias da informação em sua prática pedagógica. E no caso da E.M.E.F. “Professora Maria Aparecida dos Santos Ronconi, o material desenvolvido foi o livro digital em Libras para diminuir as barreiras de comunicação, fomentando a educação dos Surdos.

METODOLOGIA

O OED, livro digital em Libras, foi produzido utilizando o programa Microsoft Power Point. Após a definição do texto narrativo a ser trabalhado, iniciou-se a busca por material ilustrativo, elaboração do layout, pesquisa por sinais específicos em Libras e análise das versões mais adequadas da fábula para atender os fins didáticos de alfabetização.

Em cada trecho da história, inseriu-se uma imagem legendada correspondente à narrativa, bem como um vídeo com interpretação em Libras. Para produção do vídeo com a interpretação em Libras, a gravação e a edição foi realizada pela equipe de apoio do ITA.

Posteriormente a finalização do material, aplicou-se em sala de aula para alunos surdos e ouvintes do terceiro ano do ensino fundamental, com faixa etária de oito anos.

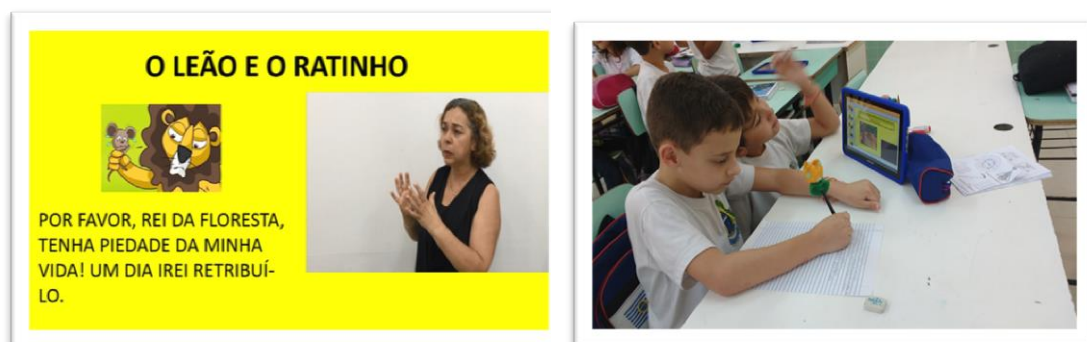


Ilustração do OED e aplicação em sala de aula.

Na escola onde aplicamos o livro digital em Libras, é desenvolvida uma sequência didática específica para o aluno surdo, na qual é imprescindível o uso recursos visuais e a fluência da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A partir de orientações da Matriz Curricular, escolhe-se um texto do gênero previsto para o ano escolar e o bimestre em curso.

Faz-se um levantamento e antecipação dos conhecimentos prévios para a compreensão do texto: tema, assunto, vocabulário – sinais.

Apresentação do texto.

A interpretação da leitura realizada pelo docente regente.

Leitura silenciosa do aluno- compreensão global.

Reconto do texto pelo docente interlocutor em Libras (utilizando de imagens, filmes, teatro para a construção do sentido), e é neste ponto em que os Objetos Educacionais Digitais, são utilizados, quanto mais claro e objetivo estiver o material apresentado, melhor será a compreensão do aluno, uma vez que, - o surdo aprende aquilo que ele vê – Emmanuelle Laborit- O voo da Gaivota- Aqui está o desafio de produzir e utilizar tais ferramentas e materiais, e a dificuldade do profissional que desenvolve esse trabalho é essa, ter esses recursos disponíveis e de fácil acesso.

“O trabalho desenvolvido foi pensado para atender as necessidades de dois alunos surdos do terceiro ano do ensino fundamental da Escola Municipal ‘Professora Maria Aparecida dos Santos Ronconi’”, de São José dos Campos - SP.

Considerando-se que os surdos aprendem pela visualização, faz-se necessário que o trabalho pautado pelas imagens com inserção de textos e ainda a utilização da língua brasileira de sinais (Libras).

Bimestralmente é definido um gênero textual para ser trabalhado com os alunos, no 3º bimestre foi definido o gênero Fábulas e a escolhida foi O Leão e o Ratinho.

A dificuldade encontrada é que além de um vocabulário restrito o aluno surdo tem pouco ou mesmo nenhum conhecimento de gêneros textuais da classe do narrar, fato que com o aluno ouvinte raramente acontece, o ouvinte cresce ouvindo historinhas e o mesmo não ocorre com a criança surda.

AVALIAÇÃO

O Objeto Educacional Digital, desenvolvido com o objetivo de ampliar o conhecimento dos alunos surdos inclusos em uma sala de aula regular, apresentou resultados satisfatórios para ambos, observou-se maior interação dos alunos e internalização dos conceitos trabalhados durante o bimestre.

Avaliamos como positivo o resultado observado, tanto no desenvolvimento das atividades quanto na aprendizagem que foi significativa, verificamos que a qualidade na produção escrita foi superada em comparação as produções anteriores, nas quais não fizemos uso de objetos educacionais digitais.

E em relação aos alunos surdos, público esse especificamente pensado para fazer uso deste material, a devolutiva foi também significativa, eles se apropriaram do conteúdo e souberam expressar com clareza o que foi aprendido.

A atividade realizada contribuiu satisfatoriamente para os alunos que possuem dificuldades na leitura e produção de texto, foi um apoio concreto onde eles tiveram segurança para produzir. Para os demais alunos que já produzem dentro do esperado, observamos que houve um ganho significativo, pois as produções ficaram ricas e criativas.

Além de todos os ganhos citados, concluímos que o repertório de Libras foi trabalhado e socializado com todos os envolvidos, atendendo a proposta da escola bilíngue.

CONCLUSÃO

A partir do estudo através das referências utilizadas como base desse trabalho acadêmico, é possível concluir que apesar de a uma grande parcela dos pesquisadores da área de educação de surdos definir que o atraso na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, dá-se a falta de adaptação às necessidades diferenciadas dos alunos surdos.

Pode ser notada que o uso dos Objetos Educacionais Digitais, contribuiu de forma efetiva em uma maior interação entre os alunos surdos e ouvintes desenvolvendo novas formas de trabalhar as habilidades de raciocínio lógico, de reflexão, estratégia e de autonomia

tanto dos educadores na forma de apresentar o conteúdo quanto dos alunos instigando seu aprendizado de maneira a explorar o lado visual do assunto abordado em sala de aula e a disseminação da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Ainda faz-se necessário um melhor treinamento e organização para que esses alunos sejam recebidos em escolas bilíngues da rede pública a fim de um melhor aproveitamento dos profissionais e de uma equipe técnica capacitada para atendê-los, ensiná-los e prepará-los para o mundo. Assim como meios para envolver mais as famílias na educação e ações que promovam acompanhamento e um melhor preparo para minimizar as dificuldades de comunicação e cuidado com a criança para que o desenvolvimento de qualidade e uma inserção positiva na sociedade.

Além de pesquisas mais aprofundadas sobre como melhorar o desenvolvimento e capacitação dos alunos através do apoio e aproveitamento das habilidades individuais, a inserção de Objetos Educacionais Digitais – OED's, para o desenvolver da comunicação. A fim de que aconteça uma verdadeira inclusão, para que a comunicação seja também para o surdo uma ferramenta, e não mais um obstáculo.

“Incluir não é permitir que crianças com necessidades especiais frequentem escolas regulares, mas dar aos profissionais da educação, condições para trabalhar de forma coerente e pedagógica, com um método realmente inclusivo.” (MIRANDA, 2011).

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p.99-116, 2001.

BRASIL. Edital n. 1 de 26 de abril de 2007. Lança o Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. Brasília, 2007.

BRASIL. MEC. SEESP. Educação inclusiva: direito à diversidade. Documento orientador. Brasília, 2005.

BRASIL. MEC. SEESP. Declaração De Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

OLIVEIRA, Silvia Suelly Sillos de. A importância do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem. Associação Brasileira de Psicopedagogia, São Paulo. 2006. Disponível em <<http://www.abpp.com.br/artigos/62.htm>>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Decreto no 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, _____D.O.U de 23/12/2005, Brasília.

RESENDE, Alice Almeida Chaves de; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 19, n. 3, set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 out. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000300008>.

REVISTA DA FENEIS. Números 1 ao 13. R.J. 1999/2002

RODRIGUES, Armindo J. Contextos de aprendizagem e integração/inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Educação especial: do querer ao fazer. Organizadoras: Maria Luísa; Sprovieri Ribeiro; Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel. Editora Avercamp, São Paulo, 2003.

SKILIAR, C (Org.). Educação & exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, R. M. Práticas alfabetizadoras e subjetividade. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael de (org.) Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise. 2000.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009.